

O Anticomunismo no Espírito Santo: a atuação do DOPS/ES

JADSON ADRIANI DE OLIVEIRA *

Os militares que governaram o Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985) tiveram à sua disposição um grande aparato de controle que esse mesmo Estado implementara durante o regime. Segundo Carlos Fico, esse aparato era composto por: espionagem, polícia política, censura, propaganda política e o julgamento sumário dos suspeitos de corrupção (FICO, 2004:81-82).

Um dos principais grupos visados pelos militares era o dos comunistas. Uma importante obra lançada em 1994 veio tentar trazer à luz as razões que levaram ao golpe e à longa duração do regime militar, através da perspectiva dos militares envolvidos no processo.

Com base nas entrevistas realizadas com esses oficiais, que na época do golpe não ocupavam as posições chaves, mas que ao longo do regime passaram a ocupar, os autores percebem que:

Como era de se esperar, é central o papel que os depoentes atribuem ao anticomunismo na explicação dos motivos que levaram ao golpe. A origem histórica desse sentimento anticomunista, disseminado nas Forças Armadas, é a revolta comunista de 1935. O efeito emocional do que foi visto com uma imperdoável *traição* perdurou por décadas, ritualizando-se na peregrinação anual ao monumento aos mortos da “intentona”[...] (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994 : 11).

Os estudos sobre o anticomunismo no Brasil são bastante recentes, provavelmente devido ao fato de a historiografia privilegiar a pesquisa acerca dos revolucionários e da esquerda.

Rodrigo Patto Sá Motta afirma que o anticomunismo surgiu no Brasil a partir da Revolução Russa de 1917, quando se teve origem a uma grande onda mundial antibolchevista. E afirma também que é possível observar, no Brasil, dois grandes momentos de afloramento do anticomunismo, a saber: a primeira entre 1935 e 1937, e a segunda entre 1961 e 1964.

□ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em História Social das Relações Políticas.

Segundo o autor:

No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós primeira Grande guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal, grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística (SÁ MOTTA, 2002:1).

Mas o que vem a ser anticomunismo? O fenômeno do anticomunismo, segundo Carla Simone Rodhegero “[...]diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”(RODEGHERO,2002).

A autora prossegue:

O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, etc (RODEGHERO, 2002:45).

Segundo Sá Motta, o anticomunismo é uma frente que reúne grupos políticos e projetos diversos. Nesse sentido, não se pode pensar em um corpo homogêneo, bem como o mais adequado talvez seja se falar em anticomunismos (no plural). O único ponto de união, segundo o autor, é a “recusa ao comunismo” (SÁ MOTTA, 2002:15).

Para Sá Motta, as representações anticomunistas, provêm de três matrizes: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. A Igreja Católica, segundo o autor, é a instituição não-estatal mais engajada no combate aos comunistas, visto que o comunismo “[...] se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral” (SÁ MOTTA, 2002:18-20).

O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas, segundo o autor, tem viés conservador, enfatizando a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem (SÁ MOTTA, 2002:29).

A terceira “matriz ideológica” apresentada pelo autor, o liberalismo, recusa o comunismo por entender que ele sufoca a liberdade ao praticar o autoritarismo político, ao mesmo tempo em que destrói o direito à propriedade na medida em que desapropria os bens particulares, estatizando-os (SÁ MOTTA, 2002:37-38).

O medo do comunismo mobilizou diversos setores da sociedade e o próprio Estado Brasileiro ao longo do século XX e foi provavelmente o principal argumento utilizado para justificar as principais intervenções autoritárias desse mesmo período, com destaque para os vinte e um anos de Ditadura Militar.

O Anticomunismo Estatal

Provavelmente a batalha mais dura que os comunistas enfrentaram foi aquela travada pelo Estado. Muitos foram presos, torturados e mortos, sendo que muitos desapareceram e nunca foram encontrados. Seus entes não tiveram o direito sequer de prestar-lhes uma última homenagem.

No “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, elaborado pelo Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE, a equipe organizadora assim define a situação:

O termo *desaparecido* é utilizado para definir a condição daquelas pessoas que, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões e mortes. São até hoje consideradas pessoas foragidas pelos órgãos oficiais. Neste caso, as famílias buscam esclarecer as circunstâncias da morte e a localização dos corpos.

O termo *morto oficial* significa que a morte das pessoas presas foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. No entanto, muitas vezes, é necessário ainda localizar os restos mortais que foram enterrados com nomes falsos – num flagrante ato de ocultação de cadáveres, já que as autoridades oficiais sabiam a verdadeira identidade dos mortos. Na maioria das vezes, a versão policial da morte é totalmente falsa (DOSSIÊ, 1995:28).

Há muito ainda que se conhecer da atuação dos órgãos de governo responsáveis pelo combate aos subversivos. Durante muitos anos, os documentos produzidos por eles estiveram completamente inacessíveis.

Em abril de 2009, foi lançado o projeto Memórias Reveladas, que se apoia na decisão do Governo Federal de centralizar no Arquivo Nacional documentos da ditadura militar que estavam guardados em arquivos de órgãos federais e estaduais. O objetivo foi o de centralizar informações das divisões do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) nos ministérios e estatais e colocá-las à disposição do cidadão em um banco de dados que pode ser acessado pela internet (ver o endereço: www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br). O projeto de criação do centro foi batizado de Memórias Reveladas.

Em 2005, o Decreto 5.584 determinou que instituições federais transferissem documentos referentes à ditadura ao Arquivo Nacional, que passou a guardar dados do SNI, da Comissão Geral de Investigações e do Conselho de Segurança Nacional, que estavam nas mãos da Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN.

Faz parte também do Projeto a implantação de uma rede de cooperação com acervos públicos de dez estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Ceará), que dispõem de dados sobre os Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS. Para reunir as informações, o Governo Federal determinou que os ministérios e estatais encaminhassem suas informações sobre o período ao Arquivo Nacional. Desde então, o material da instituição aumentou muito. Os ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, da Justiça e a Polícia Federal são alguns que já mandaram documentação. As Forças Armadas, porém, ainda não enviaram os seus dados, principalmente por entenderem que esse tipo de investigação pode criar revanchismo, desavenças e tensões.

Memória do DOPS/ES

No Espírito Santo, por meio do Decreto Estadual nº. 129 de 27 de novembro de 1930, foi criado o cargo do Delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral. A

partir do referido Decreto, iniciou-se a formação de uma política voltada para a manutenção da ordem social do Estado.

Entre os anos de 1935 e 1937, no Espírito Santo, foi organizada a Delegacia de Segurança Política e Social, que teve como principal finalidade a vigilância sobre os movimentos sociais e ideológicos de contestação ao governo Getúlio Vargas, combatendo, sobretudo, as atividades comunistas.

Por meio do Decreto-lei estadual nº. 16.230 de 14 de setembro de 1946, a Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares foram unificadas numa única Delegacia Especializada – Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES), constando em suas atribuições, a manutenção da ordem política e social; a fiscalização e registro de estrangeiros; a fiscalização e controle do comércio; o uso e depósito de explosivos, armas, munições e produtos químicos; fiscalização dos embarques e desembarques terrestres, marítimos, fluviais e aéreos; fiscalização de hotéis, pensões e casas de cômodos; serviços secretos; além de crimes contra a economia popular e correedoria. Essa delegacia possuía jurisdição em todo o Estado.

A Lei estadual nº. 719 de 07 de março de 1953, tratava da organização da Polícia Civil do Espírito Santo, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça e, em parte, reproduziu o Decreto-lei nº. 16.230, com algumas modificações quanto a sua composição. Uma das modificações se refere às denominações dadas às Delegacias Especializadas. Assim, o DEOPS, como as demais delegacias especializadas, teve alteração em sua nomenclatura, passando a ser denominada de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), com as mesmas funções da anterior. Cada delegacia especializada compreendia um Gabinete do Delegado, Cartório e pessoal específico.

Pela Lei estadual nº. 3.391 de 03 de dezembro de 1980, o DOPS aparece como órgão da Polícia Civil subordinado à Superintendência de Investigação Especial, ao lado da Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes. Já a Lei estadual nº. 3.705 de 28 de dezembro de 1984, instituiu o Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Espírito Santo,

organizado em carreira, onde o cargo de delegado das delegacias especializadas passou a ser provido pelo delegado de Polícia Civil de 3ª Categoria. Observa-se que entre os anos de 1968 a 1974, a DOPS possuía papel essencial na manutenção do Regime Militar, quanto a tentativa de contenção de qualquer movimento contestatório do poder estabelecido.

A partir da redemocratização do país, culminando com o término do Regime Militar Ditatorial houve um esvaziamento das funções da DOPS, até sua completa extinção. Ao iniciar a década de 1990, a DOPS já havia sido extinta.

Pela Lei estadual nº 4.573 de 31 de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e homologada pelo governador, foi determinado a transferência das Fichas Policiais e Dossiês arquivados na extinta DOPS para o APEES.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) iniciou em dezembro de 2008 sua participação no Projeto “Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, coordenado pelo Arquivo Nacional. O APEES foi um dos primeiros signatários do projeto.

O acervo do DOPS/ES, sob guarda do APEES, constitui-se de correspondências recebidas e expedidas por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, assim como, ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, encaminhamentos, pedidos de busca, protocolos, requerimentos, atestados de conduta de ideologia política, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais, recortes de jornais, livros, recortes e panfletos.

O acervo contém ainda dossiês referentes à investigação de pessoas, instituições públicas e privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, além de fichas policiais de identificação contendo informações sobre indivíduos,

instituições, investigações, eventos, municípios, entre outras.

Para efeito de análise do combate ao comunismo pelo DOPS/ES, analisamos a Caixa 16, relativa aos Movimentos Políticos. Nessa caixa, encontram-se dossiês de diversos partidos monitorados por esta Delegacia: PCB, PC do B, PDT, PCR, MDB e Arena. O maior desses dossiês é o referente ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com cerca de 600 páginas.

É possível perceber que o comunismo, para o DOPS, não estava restrito aos partidos assumidamente comunistas (PCB, PC do B e PCR, por exemplo). Qualquer tipo de “subversão” era identificado ao comunismo, sendo, portanto combatida. Tendo em vista um longo período de bipartidarismo (1966-1979), muitos elementos comunistas se “infiltraram” no MDB, não sendo, portanto, absurda a vigilância do DOPS.

Para o fim a que se propõe este trabalho, entendemos ser suficiente analisar o dossiê referente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), notadamente o mais perseguido ao longo do século XX, tendo experimentado curtos períodos de legalidade.

A documentação referente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) compreende o período de 27/06/1972 a 19/03/1986 e é composto por documentos relacionados aos seguintes assuntos: estrutura interna do PCB; eventos promovidos pelo partido; publicações comunistas; atividades desenvolvidas pelo PCB em outros Estados; prisão de membros do partido; apreensão de materiais utilizados pelos militantes; incentivo por parte do PCB aos seus membros para se infiltrem nos Grêmios e Centros Cívicos; investigações de militantes, entre outros.

Um documento datado de 27/09/1974, oriundo do 38º Batalhão de Infantaria e destinado, entre outros órgãos, ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo dá conta de que no mês de outubro seria desencadeada a campanha do PCB, intitulada VII Mês Nacional de Finanças (VII MNF).

De acordo com o documento, além de contribuir para a melhoria da situação financeira do partido, a campanha visava principalmente aumentar o grau de militância e de co-responsabilidade de todos os adeptos para as atividades partidárias.

Continua, informando que durante o VII MNF serão arrecadadas contribuições extras, sorteados brindes que foram doados por organizações e particulares, realizadas rifas, etc.

Ao final, o emitente solicita que seja intensificada a vigilância sobre todos os militantes e simpatizantes do PCB para: a) identificar os integrantes atuando na área; b) identificar, em particular os responsáveis pelas Seções de Finanças, em todos os níveis; c) prender os elementos identificados e coletar provas para submetê-los a processo; e d) procurar evitar o sucesso do VII MNF.

Não há, no referido dossiê, os desdobramentos que daí resultaram, mas nos oferece uma sinalização acerca do trabalho do DOPS, provavelmente com o filtro da seleção dos documentos que foram repassados de fato ao APEES.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964**. Goiânia:UFGO, 2003. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

ANDRADE, Francis W. de Barros. **Igreja Católica e Comunismo**: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964). Niterói: UFF, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

AUGÉ, Marc. **Religião**. In: Enciclopédia Einaudi. Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994 (vol. XXX).

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília, Editora da UnB, 1982.

BONET, Luciano. **Anticomunismo**, in: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11ª Ed. Brasília: Editora UNB, São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000 – vol 1.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da UnB, 1992.

CÂNDIDO, Antonio. **A revolução de 1930 e a cultura**. In: A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo, Ática, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe**. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MALATIAN, Teresa. **O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil**. In: MALATIAN, Teresa LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). As múltiplas dimensões da política e da narrativa. Franca: UNESP, 2003, pp. 173-183.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa**. Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). Rio de Janeiro, Revan, 1998.

MOLINARI FILHO, Germano. **Controle ideológico e imprensa**: o anticomunismo no Estado de São Paulo (1930-1937). São Paulo: PUC-SP, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo, Perspectiva, 2002.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais**: correio do povo, diário de notícia e última hora, uma perspectiva de análise. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Pós Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

_____. **Memórias e Avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em História.

_____. **Religião e Patriotismo**: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

SANCHIS, Pierre. **“Os ‘Brasis’ da Igreja Brasileira”**. Geraes, nº. 46, pp. 09-12, 1987.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

TROELTSCH, Ernest. **The social teaching of the christian churches**. London, George Allen & Unwin, 1931.